Entre o poder político e as demandas sociais: limites e contradições do Estado, expressos nas gestões petistas de Diadema (1983-2003)

Between the polical power and the social demands: limits and contradictions of the state manifested in Worker´s Party [Partido dos Trabalhadores] *managements in Diadema City*

Joana Darc Virgínia Dos Santos
Doutoranda, PUC/SP
Bolsista CAPES
joana_dvs@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar o processo de consolidação do PT como partido governista em Diadema, cidade localizada no ABCD paulista, no período entre 1983 e 2003, consideradas as necessidades de atendimento das demandas sociais em uma conjuntura pós-ditatorial e de crise econômica. Para o desenvolvimento deste trabalho contamos com documentação confeccionada pelos membros do diretório do PT em Diadema, com os programas de governo e propostas preliminares, além de depoimentos de membros e ex-membros petistas.
Palavras-chave: Lutas Sociais, Estado, Politicismo, Cooptação Política

Abstract: This article aims to analyze the process of consolidation of Worker´s Party [Partido dos Trabalhadores – PT] *as a ruling party in Diadema City – a city located in ABCD Paulista – in the time between 1983 and 2003, considered the requeriments of meeting social needs in a post-dictatorial situation and economical crisis. To develop this work, we analyze the documentations made by members of the branch of the Diadema´s City PT, government programs, preliminary proposals, and testimonial from members and former members of Party.*
Keywords: Social Struggles, State, Politicism, Political Cooptacion.

O município de Diadema está localizado na área hoje conhecida como ABCD paulista[1], a 17 quilômetros da cidade de São Paulo.

[1] O grande ABCD está localizado na região metropolitana da cidade de São Paulo; é composto por sete cidades: Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Ribeirão Pires, Mauá, São Caetano e Rio Grande da Serra. A sigla ABCD congrega as iniciais das cinco cidades mais importantes economicamente, considerando o período de maior efervescência econômica desta região, entre 1970 e 2000, quando foram instaladas as montadoras de automóveis, empresas de autopeças, pólo petroquímico e pólo de cosmético. Diadema é a cidade cuja emancipação é mais recente entre às que compõem a sigla que designa esta região. O processo de emancipação da cidade foi aprovado pela Assembléia Legislativa de São Paulo e posteriormente legitimado em plebiscito popular realizado em 1958. Oficialmente a cidade de Diadema passou a existir com a posse do primeiro prefeito, vice-prefeito e vereadores em 1960. A escolha do nome da cidade teve por sentido completar a seqüência alfabética da sigla já consagrada ABC paulista.

Segundo o censo de 2010, a cidade de Diadema possui 386.039 mil habitantes e constitui uma das maiores densidades demográficas do país, ou seja, 10.167 hab/km^2 (SEADE).

O processo de reestruturação produtiva[2] implantado no Brasil a partir do final da década de 1980 se configurou exemplarmente no ABCD paulista, local de fixação dos pólos automobilístico e petroquímico. Os impactos da reestruturação produtiva para os habitantes de Diadema, por exemplo, apresentaram aspectos específicos, devido à instalação na cidade, durante este período, de uma série de subsidiárias das montadoras, indústrias diversificadas, o que Alves (2000) chamou de fragmentação sistêmica,[3] processo que afetou especialmente os trabalhadores "menos qualificados" com rebaixamento dos salários e crescente pauperização das condições de vida.

A fragmentação sistêmica afetou de forma significativa os trabalhadores "sem qualificação" e "semi-qualificados" que fixaram moradia naquela cidade, com rebaixamento crescente de salários que já não eram compatíveis com a necessidade de reprodução da vida. Os trabalhadores residentes em Diadema compunham, assim, a fração dos que recebiam os mais baixos salários de sua classe na região.

Com o objetivo de representar as demandas destes trabalhadores pela via partidária, os sujeitos que participaram do processo de institucionalização do PT identificaram, na criação dos núcleos de base[4], uma possibilidade de diferenciação em relação aos outros partidos políticos, ao propiciar aos seus filiados deliberação direta sobre as ações e diretrizes do PT. Segundo documento elaborado durante o Encontro Nacional de 1984:

> O núcleo de base do PT deve ser entendido como a base fundamental do Partido. Sem ele, o PT poderá sobreviver como partido legal, mas não se consolidará como o partido de massas que queremos. Sem ele o PT pouco difere dos partidos tradicionais.[5]

[2] Segundo Alves (2000) reestruturação produtiva significa a implantação de novas tecnologias e novas formas de organizar a produção social capitalista, como nova ofensiva do capital sobre o trabalho no processo de mundialização do capital.
[3] Alves (2000) utilizou o conceito fragmentação sistêmica para denominar o processo de terceirização de setores da cadeia produtiva, implantado no Brasil na década de 90 que propiciou o surgimento de empresas menores a partir da implantação do modo de gestão Toyotista.
[4] Segundo os estatutos do PT, que indicam o processo de organização dos núcleos de base, era intuito dos membros do partido utilizá-los como espaço de educação e mobilização política para a militância; o que acabou não sendo alcançado devido a necessidade do partido em cumprir as exigências para o processo de legalização e desmobilização dos núcleos de base depois das eleições de 1982.
[5] TRABALHADORES, Partido dos. Ata do Encontro Nacional do PT de 1984.

Esta análise foi elaborada dois anos depois das primeiras eleições municipais disputadas pelo PT e revelam a percepção dos militantes petistas em relação à descaracterização dos Núcleos de Base.

Efetivamente os núcleos de base exerceram o papel de comitês eleitorais e grupos de apoio aos vereadores devido às necessidades imediatas do PT de alcançar votos suficientes para a conquista de cargos eletivos, o que demandava a organização de um grande número de pessoas (GADOTTI; PEREIRA 1989).

O intenso processo de institucionalização do PT incompatibilizou a efetivação de uma instância deliberativa com participação dos militantes, a fim de vincular a ação partidária aos interesses das organizações sociais (MAROSSI, 2000).

Durante o VII Encontro Nacional (1990) e I Congresso (1991) mais da metade dos delegados indicados pelo partido exercia militância política remunerada, revelando o intenso grau de institucionalização e burocratização do PT. Segundo Novaes (1993, p.229):

> A limitada preferência propagandística inicial, que vinha imersa num molho de desprezo por quem se dirigia ao "parlamento burguês", foi substituída pelo interesse impessoal na soma de recursos e pelo atrativo do prestígio político interno e externo que o êxito eleitoral confere, aspectos da mencionada importância propriamente política que o PT passou a atribuir ao plano institucional.

A conquista de cargos eletivos pelos candidatos petistas e conseqüente incorporação dos militantes no corpo funcional da administração pública, em cargos comissionados e não estatutários, significou um aumento da arrecadação partidária a partir de recursos públicos. A composição do fundo partidário do PT, em 1985, era formada por dois terços das contribuições dos salários dos petistas que ocupavam cargos eletivos e um terço do financiamento partidário do governo (KECK, 1991). Embora inicialmente o PT tivesse se proposto representar uma oposição ao Estado Capitalista, na prática subordinou-se à lógica da política já vigente e utilizou o aparato burocrático estatal para o fortalecimento institucional, com diminuição progressiva de sua organização de base. A premissa, que inicialmente guiou o direcionamento da luta social empreendida pelos ativistas para o campo político-partidário, compreende o Estado como instância privilegiada para o alcance de um consenso, que abrange os interesses gerais da população.

Dentre os teóricos que trataram sobre os preceitos da democracia liberal destacam-se Norberto Bobbio e Jürgen Habermas.

Segundo os estudos desenvolvidos por Bobbio, a participação direta e indireta do maior número possível de cidadãos nas decisões que incidem diretamente sobre suas vidas, constitui um instrumento para a conquista da liberdade e efetivação dos direitos de todos os sujeitos (BOBBIO, 1993).

Em *Teoria do Agir Comunicativo*, uma elaboração filosófica que parte do plano ideal para realizar aplicação prática, Habermas (2002) afirmou que o alcance da isonomia é possível nos Estados Democráticos. Para tal alcance é necessário que os sujeitos, sobre os quais incidirão a legislação e políticas públicas a serem implementadas, tomem parte no seu processo decisório.

Os preceitos Habermanianos nos remetem a uma série de autores e políticos que buscaram desenvolver propostas de participação popular considerando que, desta forma, estariam consolidando a democratização do Estado. Entre estes autores citamos Celso Daniel, prefeito por três vezes na cidade de Santo André (localizada no ABCD paulista), professor universitário, formado na Fundação Getúlio Vargas e um dos articuladores da campanha presidencial de Lula em 2002. Para Daniel,[6] os canais de participação popular propiciariam as organizações sociais o alcance de direitos de cidadania. Mesmo quando esses não estivessem deliberando diretamente, a partilha do poder ocorreria quando os membros da administração pública decidissem, pressionados pelas demandas populares.

"Você tem que saber separar os papeis": O PT de Diadema

A formação do PT, cuja base de referência é o ABCD Paulista, a partir da expressão assumida durante o período de greves (1978-1980), contou com diferentes organizações de lutas que, inclusive, devido às divergências ideológicas, competiam entre si. Estas diferentes tendências formaram no PT agrupamentos que disputaram a hegemonia ideológica quanto à definição de diretrizes. O grupo majoritário, centralizador das decisões do partido até as eleições de 2006, era composto na sua maioria por lideranças sindicais, funcionários públicos e setores da Igreja Católica.

> Com as greves de 78 e 79, no processo, estas pessoas começaram a ter suas primeiras experiências com a cidadania, se identificaram com o sindicato, Então o sindicato representava para eles o passo para cidadania, não era só uma luta reivindicatória, era uma luta além do sindical. Com o surgimento

[6] DANIEL, Celso. "Gestão local e participação da sociedade". In: *Revista Pólis,* nº14. São Paulo: 1994.

> do PT eles fizeram esta associação entre o sindicato e partido, como se fossem uma extensão do outro[7].

Metalúrgicos, professores, participantes das comunidades eclesiais de base, intelectuais e outros, se organizaram através do Partido dos Trabalhadores para representarem as demandas sociais insurgidas no período de esgotamento do "Milagre Econômico". Os sujeitos, cujas reivindicações eram pautadas pela luta contra o arrocho salarial e pauperização das condições de trabalho nas greves de 1978-80, organizados sindicalmente, identificavam no PT a extensão desta luta por melhores condições de vida no plano político partidário.

A conquista da primeira prefeitura petista se deu em Diadema, em 1982[8], com a eleição de Gilson Menezes, ex-diretor de Base do Sindicato da Scania. Tal fato expressa a amplitude da mobilização do sindicato dos metalúrgicos na cidade, que se traduziu em votos, propiciando a chegada ao governo de um representante político dos metalúrgicos. A partir destas concretudes históricas, foram criadas as bases para o tão alardeado primeiro governo do Partido dos Trabalhadores, o estabelecimento da primeira prefeitura operária do Brasil em oposição ao sistema capitalista.

As eleições do médico José Augusto, em 1987, e do engenheiro José de Filippi Júnior, em 1992 e 2000, com a força da legenda petista, indicam a aprovação das administrações desse partido de 1983 a 1992 pelos eleitores diademenses, que se sentiram representados não apenas pela figura do operário, mas pelo conjunto das ações realizadas pelo PT.

> (...) Aqui a população não fazia diferença entre o partido, o governo e as associações de bairro, núcleos do PT, qualquer outra expressão política, ficou muito secundarizada, e os partidos que surgiram com mais força, aproveitam lideranças que haviam se originado no PT, como o PSB, na figura do Gilson e de mais alguns [9].

Comumente a população diademense não distinguia representação partidária, aparato estatal e organização popular. Alguns funcionários da prefeitura eram comissionados do partido, as associações de bairro e os postos de atendimento da prefeitura representavam

[7] Depoimento de Júlio Tavares, membro da Executiva do PT diretório Diadema, colhido pelo pesquisador José Alfonso Klein em julho 2002, disponível como apêndice na dissertação O Poder Popular. Democracia Participativa em Diadema. São Caetano do Sul: USCS, 2002.
[8] As eleições para prefeito na cidade de Diadema foram realizadas no ano de 1982. O prefeito Gilson Meneses tomou posse em 1983 para um mandato de cinco anos.
[9] Depoimento de Júlio Tavares, membro da Executiva do PT diretório Diadema, colhido pelo pesquisador José Alfonso Klein em julho 2002, disponível como apêndice na dissertação O Poder Popular. Democracia Participativa em Diadema. São Caetano do Sul: USCS, 2002.

instâncias do PT, pois os membros da associação também eram membros do partido. Tais fatos traziam uma série de confusões sobre a função da representação partidária.

O ativista na luta por moradia, Josemundo Dario Queiroz, ocupou cargos na administração pública em Diadema. Nascido no Rio Grande do Norte, Josemundo, chegou a Diadema em 1971 com o pai, a mãe e irmãos. Seu pai, o ex-sindicalista José Queiroz Neto, mais conhecido como Zé do Norte, atuou em quatro mandatos consecutivos como vereador de Diadema pelo PT, desde 1993. Josemundo, de apelido Josa, foi eleito como conselheiro do FUMAPIS, em 1998 e chegou a Secretário de Habitação, em 2003, na segunda gestão de José de Filippi Júnior pelo PT, mantendo-se no cargo durante a segunda e a terceira gestão deste prefeito, pelo mesmo partido, em 2003 e 2006.

> Existe o acúmulo, mas essa posição acaba se misturando um pouco à medida que você tem um partido tem a sua direção partidária e você tem o governo e a sua direção está dentro do governo ou vice-versa.(...) Foi a mesma relação que eu quando vim do movimento, vim para a habitação e a equipe olhou para mim e disse este cara vai fazer daqui uma central do movimento organizado, uma trincheira, e nós técnicos a serviço do movimento organizado. Para mim também foi um conflito, porque até tão pouco tempo eu defendia uma pauta de reivindicação, tinha uma visão do movimento. De repente você está do outro lado negociando, você tem que saber separar os papeis, você não está a serviço do movimento, você está a serviço de um projeto político, você foi convidado para poder fazer parte, é evidente que a sua relação com o movimento ajuda muito e da mesma maneira essa coisa de partido independente, da visão independente que a gente tem de alguns setores principalmente estruturantes, que tem o poder de decisão, as coisas acabam, por mais que se tente, elas acabam se misturando[10].

Em seu depoimento, Josemundo descreve o conflito entre representar os interesses das organizações de luta e defender o projeto político do partido. Tal fato evidencia que o projeto político do PT tinha divergências com os interesses das organizações de luta por moradia. Ele afirma que "você tem que saber separar os papeis, não está a serviço do movimento, você está a serviço de um projeto político, você foi convidado para poder fazer parte". Para ele os papeis de ativista social e representante político são distintos, e obrigavam a posicionamentos comprometidos com premissas diferentes. Ao definir seu papel predominante dentre as

[10] Depoimento de Josemundo Dario Queiroz, colhido pelo pesquisador José Alfonso Klein em julho 2002, disponível como apêndice na dissertação O Poder Popular. Democracia Participativa em Diadema. São Caetano do Sul: USCS, 2002.

sobreposições que vivenciou, afirmando estar a serviço de um projeto político, Josemundo explicita que estar no poder o obriga a um comprometimento maior que ele não tinha quando era militante. Fazer parte implica em concordar com os princípios do partido e pautar suas ações individuais nos interesses gerais do partido, dentre eles, a governabilidade.

> Governabilidade passa por discussão com todos os outros partidos, na tentativa, do ponto de vista programático, trazer o máximo de força para a sustentação institucional do governo, e passa fundamentalmente pela organização independente da população dentro de um projeto de transformação social. Ou se tem isso, ou não se tem governabilidade nenhuma. Porque a liderança burguesa, esses eventuais aliados nossos, na hora do embate dos interesses da elite empresarial, seja da cidade ou do campo, eles vão para seus veios naturais, que são, somarem forças e voltando as costas para os trabalhadores[11].

.

A importância das alianças com os outros partidos para implantar, pela via política, as mudanças necessárias para a "transformação social" é explicitada por Wagner Lino, atual vereador pelo PT de São Bernardo, neste depoimento. Podemos inferir que sua compreensão sobre o significado da transformação social esteja ligada à necessidade de universalizar para a população condições de acesso adequado as condições básicas de sobrevivência. Ele destaca que, para a consecução de tal fato pela via política, são necessários embates com a, denominada por ele "elite empresarial". Os aliados políticos representantes desta elite, úteis nos momentos em que está em jogo a chegada ao poder, pois dispõem dos meios necessários para viabilizar condições financeiras e apoio para as candidaturas, no momento de realizar a tal "transformação social", permanecem fieis àqueles que os conduziram ao poder.

> Pela primeira vez na gestão do PT, em nossa cidade, esta é a Quarta gestão foi aprovado no Diretório municipal, alianças com partido de direita, tais como, PF, PMDB,PTB, sob a simples alegação, de que vereadores desses partidos na cidade, apoiaram o PT no 2º turno das eleições municipais de 2000(...)É o resultado disso, o prejuízo dessa política na cidade está claro, na avaliação profundamente desfavorável por parte da população com relação ao governo, como nunca aconteceu nas outras gestões do PT[12].

[11] Depoimento de Wagner Lino, colhido pelo pesquisador José Alfonso Klein em julho 2002, disponível como apêndice na dissertação O Poder Popular. Democracia Participativa em Diadema. São Caetano do Sul: USCS, 2002.
[12] Depoimento de Irene dos Santos, vereadora da cidade de Diadema pelo PT, colhido pelo pesquisador José Alfonso Klein em julho 2002, disponível como apêndice na dissertação O Poder Popular. Democracia Participativa em Diadema. São Caetano do Sul: USCS, 2002.

A avaliação da vereadora Irene sobre a aliança do PT de Diadema com partidos cuja base de representação social é composta por empresários de grande expressão econômica, é a de que os trabalhadores são prejudicados no atendimento de suas demandas. Tal fato se dá, pois os interesses dos trabalhadores mostram-se antagónicos aos interesses dos grandes empresários. Nos momentos de embate, os representantes políticos comprometidos com a realização dos lucros dos empresários têm como papel fundamental acalmar os ânimos, a fim de realizar as mudanças necessárias para a manutenção da taxa de lucro que, somadas, impulsionam o crescimento econômico do país.

> Essas prefeituras [petistas em Diadema] ao invés de avançar na consciência dos trabalhadores, da sua organização, mostrar cada vez mais a necessidade de disciplinar, ou de se almejar uma sociedade de fato socialista e de lutar por isso, na verdade se transformaram em administrações socialdemocratas, e que tendem a quase negar os problemas de conflitos sociais que existem no bairro[13].

A política das prefeituras petistas de acomodar os conflitos sociais, evitando mudanças mais estruturais, a fim de conquistarem governabilidade é explicitada por Manoel, ao analisar seus impactos. Ele destaca o descolamento dos membros do partido com as propostas de construção de uma sociedade que chama de socialista, para assumir as premissas "socialdemocratas". Este militante compara as premissas das prefeituras petistas com as premissas de reforma do Estado implantadas pelos partidos da socialdemocracia no Brasil e na Europa.

Para defender os interesses de sua base social o partido precisa conquistar o poder e, para isso, aliam-se àqueles que têm os meios necessários para alcançar esse fim.

O processo de estabelecimento de alianças políticas para a conquista do poder, condição *sine qua non* da democracia representativa, obstacula a realização das demandas sociais a partir do aparato estatal.

Para a compreensão das premissas teóricas referentes à condição genesíaca das organizações sociais frente ao aparato burocrático estatal, Almeida (2007) explicita a instituição da esfera pública e privada no sistema capitalista de produção. Segundo ele, a separação entre força de trabalho e meios de produção criou as condições para a mercantilização das relações sociais e a compreensão desta operacionalização prática,

[13] Depoimento de Manoel, militante do Ferramenta e PSTU, colhido pelo pesquisador José Alfonso Klein em julho 2002, disponível como apêndice na dissertação O Poder Popular. Democracia Participativa em Diadema. São Caetano do Sul: USCS, 2002.

segundo os interesses dos proprietários de meios de produção, possibilitou a formalização de uma igualdade jurídica entre os sujeitos. No sistema capitalista de produção, segundo o ideário democrático liberal, os sujeitos possuidores de força de trabalho e de meios de produção estabelecem no mercado uma relação de iguais, pois ambos são possuidores de mercadorias e delas podem dispor livremente segundo seus interesses. Assim, para a produção e reprodução desta ordem, o Estado é constituído como instrumento de coerção em favor dos interesses dos proprietários jurídicos.

A igualdade estabelecida juridicamente está em constante desequilíbrio, dadas as condições de desigualdades vivenciadas pelos sujeitos que necessitam vender suas capacidades de trabalho para sobreviver.

Em análise sobre a atuação da classe trabalhadora na imposição das demandas sociais dentro da lógica "democrática", José Chasin (2001), considera ainda que a falta de radicalização filosófica da prática das organizações de lutas sociais faz com que estes questionem as formas de dominação, mas não a própria dominação. Para este autor, está muito em voga se falar em favor da democracia. Segundo ele, a "crença" na democracia se dá em um mundo de crises e instabilidades. A democracia é a forma política da relação de interdependência entre sociedade civil e Estado, que perpetua a dominação capitalista em detrimento da emancipação humana.

Portanto, os ideais democráticos, de acordo com os princípios da isonomia, encarnação máxima da racionalidade burguesa, segundo sua análise, não encontram condições de realização no Brasil.

Os programas nacionais do Partido dos Trabalhadores

Durante seu processo de formação tenha adotado discursos de caráter anticapitalista e em defesa da transformação social, na prática se aninhou nas estruturas de poder, realizando reformas para a manutenção do Estado Capitalista, alcançando benefícios possibilitados pelo acesso ao aparato institucional. A análise sobre a relação entre identidade e estratégia, foi realizada por Oliveira com o objetivo de identificar as variações entre estas categorias ao longo do processo histórico de consolidação do PT como partido governista. A derrocada do Estado de Bem Estar Social, na Europa, as sucessivas derrotas do partido nas eleições federais

e a implantação do processo de reestruturação produtiva no Brasil, trouxeram mudanças significativas para a definição de estratégias do PT, no alcance de seus objetivos político-partidários. Em análise sobre as diretrizes gerais do PT, Oliveira (2008), identificou que, ao mobilizar as organizações de lutas sociais para realização das demandas populares no interior da estrutura estatal, os representantes do governo petista desmobilizaram as organizações populares autônomas e reprimiram seu âmbito de ação.

Importantes subsídios para a compreensão das propostas de atuação do referido partido frente às crises que assolaram o país nas décadas de 80 e 90, encontram-se em Árabe (1998), em análise sobre os projetos políticos elaborados pelos membros do Partido dos Trabalhadores no âmbito nacional. O programa do partido para as eleições presidenciais em 1989 apresenta uma crítica ao Estado capitalista e propõe um novo tipo de desenvolvimento que se constituiria como uma fase de transição para o socialismo. Alguns elementos estratégicos são explicitados ao longo do Programa: desenvolvimento econômico nacional, redistribuição do poder político a partir da instituição da reforma agrária, fortalecimento da democracia e autonomia nacional. A primeira eleição direta para Presidente da República do Brasil se deu em um momento de acentuada crise econômica, marcado por um processo de acumulação de fracassos das reformas e planos econômicos instituídos pelos representantes do Estado brasileiro. A proposta de superação dos limites impostos pelo sistema de dominação sobre as classes trabalhadoras, elaborada pelos membros do PT, consiste na instituição de seus membros em cargos eletivos na estrutura Estatal, estabelecendo coordenação de um projeto de desenvolvimento econômico com justiça e equidade.

Esta proposta de desenvolvimento econômico foi declarada em oposição à prática "imperialista" dos mercados internacionais e propôs o fortalecimento de um projeto de desenvolvimento econômico autônomo e nacionalista.

A análise sobre o Estado brasileiro descrita no Programa de 1989, expressa a compreensão dos principais articuladores do Partido a respeito da estratégia de luta para o fim da dominação capitalista sobre os trabalhadores. A conquista do poder político pelos representantes dos trabalhadores organizados em um partido, cujo objetivo é o alcance do poder através das eleições "democráticas", foi tomada como principal linha de ação. Uma vez no poder, os representantes dos trabalhadores teriam acesso ao aparato burocrático do Estado e poderiam transformá-lo, colocando-o a serviço dos interesses da classe que representam.

A impossibilidade de estabelecer alianças que propiciassem negociações com os grupos políticos e econômicos brasileiros dominantes, associados às crises econômicas que se abateram no país entre 1990 e 1991, levaram à queda do governo Collor e instituição do seu vice, Itamar Franco, como novo Presidente do Brasil. Durante o governo de Itamar Franco foi posto em prática, com êxito político e econômico, o plano de estabilização econômica que se tornou o carro-chefe de campanha presidencial do então ministro da economia, Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real.

Diante do sucesso das políticas econômicas adotadas pelos representantes do governo Itamar Franco, alinhadas à economia internacional, as propostas do PT, de combate ao domínio econômico das potências internacionais, tomaram nuances mais leves no Programa de Governo de 1994. A definição do papel dos representantes do Estado, apresentada no Programa do PT de 1994, foi caracterizada como coordenação e centralização das ações de intervenção nas áreas econômica e social. Tal conceituação difere do Programa de 1989, pois põe o Estado como realizador das transformações democráticas no âmbito do aparato burocrático, por meio de reformas e instituição de legislação reguladora.

O estabelecimento de novas alianças para a disputa eleitoral em 1994 também contribuiu para uma série de mudanças programáticas do PT, que passou a estabelecer propostas de atuação de caráter reformista e desenvolvimentista, a serem viabilizadas através do Estado.

Em análise ao conteúdo programático nacional do PT entre 1979 e 2000, Souza (2004), afirmou que estes reúnem ideologia de diversas frações sociais, o que teria contribuído para que suas diretrizes sobre participação popular, Estado e inversão de prioridades apresentassem significados diversos, ambigüidades e indefinições, revelando as diferentes ideologias presentes no centro do partido.

A formação de um corpo programático do PT se desenvolveu de forma processual, de acordo com a interação dos membros do partido com as emergências de sua organização e atuação. Embora houvesse diretrizes gerais sobre a atuação dos membros do PT como governantes do Estado, as vivências individuais e coletivas dos petistas atribuíram novos significados às propostas formuladas, modificando o conteúdo-programático no decorrer da trajetória do Partido.

O período de formação do PT, 1979-1982, foi profundamente marcado pelas experiências dos movimentos sociais. Os programas estabelecidos neste período trazem

formulações que propõem a realização das demandas sociais de diversos grupos via Estado (SOUZA, 2004).

Durante o período 1982-1987, o conteúdo dos Programas do PT sofreu mudanças substanciais, provocadas pelos impactos das derrotas eleitorais municipais. A necessidade de alcançar o poder político via eleições, durante a "redemocratização", levou os membros do partido a institucionalizar progressivamente sua organização e atuação, diminuindo a influência dos movimentos sociais. A proclamada força destes movimentos não se traduziu em votos no processo eleitoral, tornando-se necessário aos membros do PT ajustar-se à nova ordem política e reorientar o partido para seu papel dirigente disputando a hegemonia[14], ocupando os espaços institucionais e estabelecendo alianças com outros setores da sociedade brasileira, como a "classe média". Tais fatos trouxeram novos interesses ao rol de representação do Partido. A democracia participativa, proposta em programa de governo do PT, apresentou-se como uma institucionalização das demandas sociais, combinando elementos da democracia direta e indireta.

Apesar dos graves conflitos com os representantes do PT que estavam à frente das prefeituras de Diadema e Fortaleza, a direção nacional do PT pouco escreveu oficialmente sobre estes embates (SOUZA, 2004). Tal fato expressa as dificuldades dos componentes da direção do partido em enfrentar as incongruências e divergências entre o programa de governo e as experiências das gestões municipais.

A primeira menção da prefeitura de Diadema nos documentos oficiais do PT ocorreu em 1987, por ocasião da eleição de 36 prefeituras municipais. Neste documento é possível identificar: o fortalecimento das prefeituras petistas como elemento de sustentação para as lutas no âmbito nacional, a cobrança para que estas administrações se pusessem como exemplo de um modo eficiente de governar, diante das limitações do sistema capitalista, e a identificação de poucas mudanças efetivamente implementadas durante a gestão petista.

O Programa nacional do PT, de 1994, concentra as gradativas transformações nas diretrizes do partido, com a subtração da proposta de controle operário do Estado e o abandono dos conselhos populares, que foram substituídos pelos conselhos setoriais, com canalização das reivindicações sociais para a disputa de hegemonia na elaboração de políticas públicas.

[14] Utilizamos a palavra hegemonia segundo Gramsci (2000) como capacidade de dirigir um grupo criando um novo campo de liderança. Segundo Gramsci "(...) a Sociedade Civil se põe como hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado" (Gramsci, 2000, p. 225).

Tal perspectiva resulta de novas estratégias de conquista do poder após as derrotas nas eleições presidenciais no segundo turno, em 1989 e 1994. Se por um lado, isso propiciou a constituição do PT como principal partido de oposição ao governo, por outro, neste novo cenário político, a construção do Programa do PT assumiu caráter governista, propondo uma atuação democrática em oposição ao neoliberalismo.

As dificuldades de realizar mudanças pela via partidária, conforme proposto por este partido naquelas cidades em que o mesmo assumiu pioneiramente o governo, foram explicitadas pelo sociólogo Florestan Fernandes, eleito três vezes deputado federal pelo PT. Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, exibido em 5 de dezembro de 1994, tratou sobre o fato do PT ter tido várias candidaturas financiadas por empreiteiras em 1993:

> Eu acho que o Partido dos Trabalhadores poderia ser financiado a partir de baixo se ele tivesse se dedicado mais à educação política das massas populares, das classes trabalhadoras, da pequena burguesia etc.(...) Eu, se fosse consultado, se dependesse da minha posição, sequer estaria dando tanta importância à conquista de posições parlamentares e executivas... Um partido socialista novo precisa, primeiro que tudo, conquistar apoio. É preciso lembrar a frase de [Vladimir] Lênin [(1870-1924), líder da Revolução Russa de 1917 e chefe de governo da Rússia de 1917 a 1922], que ele repetiu várias vezes, de que "não se pode enganar o povo". E receber doações de grandes empresas, mesmo que isso seja declarado para a Justiça(...)É uma forma de negar o socialismo.[15]

Florestan reconhece que o PT, ao aceitar que candidaturas do partido fossem financiadas por grandes grupos econômicos, renuncia à sua autonomia política e ao projeto socialista. Sobre a filiação de empresários e as diferenças ideológicas entre os representantes do PT e de outros partidos, afirmou Florestan:

> Há pessoas no PT que estariam tão bem lá quanto estariam no PSDB [Partido da Social-Democracia Brasileira].
> Bom, eu para dizer a verdade, não tenho conhecimento de nenhum empresário que tenha aberto mão de qualquer privilégio em benefício dos trabalhadores. Os trabalhadores conquistam suas reivindicações, através da luta de classes. **(...)** foi a maneira pela qual o PT procurou, certamente, coligir alguns recursos a mais para a sua propaganda política. Agora, eu não acho que o empresário seja o agente de uma revolução de baixo para cima.[16]

[15] Entrevista concedida ao Programa Roda Viva da TV Cultura em 5 de Dezembro de 2004. Disponível emhttp://www.tvcultura.com.br/rodaviva/programa/pgm0439.
[16] Entrevista concedida ao Programa Roda Viva da TV Cultura em 5 de Dezembro de 2004. Disponível emhttp://www.tvcultura.com.br/rodaviva/programa/pgm0439.

Segundo Florestan Fernandes, a candidatura de empresários pela legenda petista expressa a inclusão no rol de representações do partido de interesses incompatíveis com as demandas da classe trabalhadora.

Historicamente nos países em que a democracia liberal foi consolidada, constituiu-se como instrumento de legitimação da dominação sobre os trabalhadores e reprodução das formas capitalistas.

O conceito de democracia está vinculado ao processo de abstração social. Para o alcance da isonomia, as diferenças entre os sujeitos (sejam elas derivadas da posição social que ocupam na produção, gênero, etnia ou outras) são diluídas nas normatizações impostas institucionalmente. O que se faz imperativo para o alcance da democracia burguesa é o respeito às leis, independentemente das motivações subjetivas dos indivíduos. Nesta forma de gestão da vida social, o progressivo aperfeiçoamento do Estado Burguês reside na elaboração de normas que garantam de forma impessoal o exercício do direito individual. As diferenças sociais que não foram possíveis diluir nos processos democráticos, são organizadas em demandas de grupos e encaminhadas pelos seus representantes no âmbito do aparato burocrático do Estado (PINHEIRO, 2007).

As organizações do Estado, de forma politicista[17], expressam-se pela realização das necessidades de transformação de grupos a quem representam, através de processos de disputas de interesses. Nessas disputas de interesses privados, os sujeitos participam na esfera da organização pública de forma a influenciar a ação governamental conforme suas capacidades de mobilização. Nesta forma, identifica-se que as relações clientelistas prevalecem sobre a racionalidade burguesa: a garantia de isonomia é estabelecida juridicamente, mas as condições para efetivação das leis não são iguais para todos, o que resulta na reprodução de privilégios e desigualdades

[17] Chasin utiliza o conceito de "politicismo" para definir a prática que põe a dimensão política como determinante das condições sociais concretas considerando que o Estado e a política são essenciais à humanidade. O Estado, na prática politicista, separa as questões políticas das necessidades da produção e reprodução da vida, protegendo os interesses econômicos dos promovedores do desenvolvimento capitalista. Acentua as discussões e possibilita mudanças no plano político esvaziando seus significados concretos, sem atingir os fundamentos socioeconômicos vigentes.Evidencia assim a política como "forma de conservação do modo de produção da existência social", o limite que impõe a "auto-constituição da individualidade humano-societária" e a sua incapacidade genesíaca de modificar a condição que a gerou.

Embora o discurso democrático se ponha a serviço dos interesses gerais dos cidadãos, na prática identificamos uma série de mecanismos institucionais cerceadores da organização autônoma dos trabalhadores, mantendo-os sob controle.

O aparato burocrático do Estado tem sido colocado a serviço do cerceamento da participação dos trabalhadores nas decisões econômicas e políticas que incidem diretamente sobre suas vidas, contrariamente ao discurso apregoado pelos defensores da democracia liberal.

Em seu ensaio, construído após a primeira vitória do PT em eleições presidenciais, *O Ornitorrinco,*[18] Francisco de Oliveira trata sobre o surgimento de uma nova classe constituída por "sujeitos monetários",[19] trabalhadores, grande parte deles sindicalistas que, ao tomarem contato com as esferas do poder, ocuparam cargos nas administradoras de fundos de pensão das empresas estatais, dedicando-se a garantir a rentabilidade destes fundos e a financiar a reestruturação produtiva, que propiciou o aprofundamento da pauperização das condições de vida dos trabalhadores. A aparente oposição entre PSDB e PT, segundo Francisco de Oliveira, se apresenta na prática como uma disputa de poderes para o controle dos rendimentos e da forma de fazer render o fundo público. Os núcleos dirigentes do PT e PSDB apresentam grandes semelhanças e seus membros mais ativos que, segundo Francisco de Oliveira, compõem a chamada "nova classe". Ambos os partidos têm o núcleo formador de Programas composto por intelectuais das Universidades de renome brasileiras, que desenvolveram estudos sobre as novas funções do Estado no período de "redemocratização política".

A análise sobre a operacionalização prática das gestões do PT em Diadema possibilita identificar o crescente descolamento dos dirigentes petistas, ex-metalurgicos, de sua classe de origem. As alianças realizadas entre o PT nacional e regional com partidos cuja representação partidária está ligada a grandes grupos econômicos, vinculou suas plataformas de governos a interesses muitas vezes inconciliáveis com as demandas sociais.

Em confluência com as análises de Souza sobre os programas e atuação do PT nacionalmente, identificamos na atuação dos petistas em Diadema o abandono da perspectiva de classe, para a construção de uma identidade pluralista que atingisse o maior número de eleitores possível, a fim de propiciar o alcance dos objetivos do partido: ocupar os postos mais elevados da estrutura estatal.

[18] OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
[19] Oliveira utiliza o conceito sujeitos monetários formulado por Kurz (1999).

Referências

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Lutas sociais e questões nacionais na América Latina. In: Lutas Sociais, Dossiê Estado e Trabalhadores (as) em perspectiva histórica, vol 17/18. São Paulo: 2007.

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho- Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ÁRABE, Carlos Henrique. Desenvolvimento Nacional e Poder Político: O projeto do Partido dos Trabalhadores em tempos de Crise. Dissertação de mestrado. UNICAMP, 1998.

BOBBIO, N.. Liberalismo e democracia (4ª. ed.). São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHASIN, J. A democracia política e emancipação humana. In: Ensaios Ad Hominem, nº 1, tomo III. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001.

GADOTTI, M e PEREIRA, O. Pra que PT: origem, projeto e consolidação do partido dos trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere (v.1 e 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro : Estudos de teoria Política. São Paulo: Edições Loyola, 2002. .

KECK, Margaret. PT: A lógica da Diferença. São Paulo: Ática, 1991.

KURZ, Robert. Os Últimos Combates. Coleção Zero à Esquerda, Petrópolis, Vozes, 1999

MAROSSI, Tânia Maria. Utopia e realidade: os núcleos de base do Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo nos anos 80. Dissertação de mestrado. PUC-SP, 2000.

NOVAES, C. A. M. PT: dilemas da burocratização. In: Novos Estudos Cebrap, 35, março/novembro. São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Marilyn. Sob o signo do "novo sindicalismo": das mudanças de identidade e de estratégia na trajetória do PT e da CUT, à consolidação do populismo sindical do governo Lula. Dissertação de mestrado. PUC São Paulo, 2008.

PINHEIRO, Jair. As classes trabalhadoras em movimento: alguns aspectos teóricos. In: Lutas Sociais, Dossiê Estado e Trabalhadores (as) em perspectiva histórica, vol 17/18. São Paulo: 2007.

SANTOS. Joana Darc Virgínia dos. Lutas por moradia na cidade de Diadema (1983-1996): cooptação política e acomodação dos conflitos do capital. Dissertação de mestrado. PUC-SP, 2009.

SOUZA. Lincoln Moraes de. Crônica de um partido não anunciado: programas e governos do PT entre 1979-2000. Tese de doutorado. UNICAMP, 2004.